



RESTRIÇÕES À ACESSIBILIDADE DAS CONSTRUÇÕES RELATIVAS EM LÍNGUAS DOS TRONCOS TUPI E MACRO-JÊ

RESTRICTIONS ON ACCESSIBILITY OF TUPI AND MACRO-JÊ RELATIVE CLAUSES CONSTRUCTIONS

Gabriela Oliveira-Codinhoto¹

RESUMO: Este trabalho objetiva descrever e discutir as restrições à acessibilidade das orações relativas em línguas Tupi e Macro-Jê, buscando evidências que confirmem a revisão da Hierarquia de Acessibilidade de Keenan e Comrie (1977) proposta por Dik (1997). O trabalho pioneiro de Keenan e Comrie (1977) elege critérios essencialmente sintáticos para definir as restrições à acessibilidade das orações relativas, critérios esses facilmente criticáveis à luz de teorias de base funcionalista, que não admitem nem a supremacia nem a independência da sintaxe para a determinação dos processos linguísticos. Desse modo, as críticas à HA de Keenan e Comrie (1977) dizem respeito tanto a razões empíricas – algumas línguas não dispõem nenhuma forma de se construir orações relativas –, quanto a razões teóricas – as funções sintáticas não são universalmente relevantes. O material de análise é composto por oito línguas indígenas brasileiras e conta com descrições previamente feitas, como gramáticas e outros manuais descritivos.

Palavras-chave: Oração relativa. Línguas indígenas. Acessibilidade.

ABSTRACT: This paper aims at describing and discussing the restrictions on the accessibility of relative clauses in Tupi and Macro-Jê languages, seeking evidence to confirm the revision of the Keenan and Comrie Accessibility Hierarchy (1977) proposed by Dik (1997). The pioneering work of Keenan and Comrie (1977) selects essentially syntactic criteria for defining the restrictions on the accessibility of relative clauses, criteria that are easily criticized in the light of functionalist theories, which admit neither the supremacy nor the independence of the syntax for the determination of linguistic processes. Thus, the critiques of AH by Keenan and Comrie (1977) concern both empirical reasons - some languages have no way of constructing relative sentences - and theoretical reasons - syntactic functions are not universally relevant. The analysis material is composed of eight Brazilian indigenous languages, studied from grammars and other descriptive manuals.

Keywords: Relative clause. Indigenous languages. Accessibility.

PALAVRAS INICIAIS: RESTRIÇÕES À ACESSIBILIDADE DAS ORAÇÕES RELATIVAS

Este artigo tem como meta a descrição das estratégias de relativização presentes em línguas indígenas dos troncos Tupi e Macro-Jê, com vistas à discussão sobre a acessibilidade dessas construções, levando em conta critérios de ordem morfosintática e semântica. As orações relativas figuram como uma peça-chave nas discussões sobre a variação translinguística desde o trabalho

¹ Graduação em Letras (2008) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), câmpus de São José do Rio Preto, e mestrado (2011) e doutorado (2016) em Estudos Linguísticos, ambos pela mesma instituição. Atualmente, é professora do Centro de Educação, Letras e Artes da Universidade Federal do Acre - Ufac.

pioneiro de Keenan e Comrie (1977). Tal estudo trata das restrições à acessibilidade das orações relativas (doravante OR) de um ponto de vista tipológico e é, ainda hoje, porta de entrada para toda discussão que se volte ao assunto. Com base em aproximadamente 50 línguas, os autores observam que a variação translinguística existente obedece a padrões regulares de distribuição tipológica e, assim, propõem a seguinte HA:

1. Sujeito > Objeto Direto > Objeto Indireto > Oblíquo > Genitivo > Objeto de Comparação

A leitura dessa HA (e de qualquer outra hierarquia, por princípio) é unilateral, ou seja, quanto mais à esquerda, tanto mais acessível à relativização é a função sintática. Como podemos perceber em (1), a posição de sujeito é a mais alta da hierarquia por ser a mais suscetível à relativização, enquanto a de objeto de comparação situa-se no extremo inferior por ser justamente a menos acessível. Portanto, a relativização da posição de sujeito é considerada a mais generalizada e, talvez mesmo universal, já que todas as línguas dispõem de uma construção relativa que necessariamente relativizam o SN nessa função. Uma língua que é capaz de relativizar a posição mais baixa da escala – objeto de comparação – é capaz de relativizar também todas as mais altas, uma vez que, sob condições normais, não é possível transpor nenhum ponto da HA.

Em relação à HA, Keenan e Comrie (1977) formulam as seguintes restrições:

1. Todas as línguas têm uma estratégia de relativização primária que pode, no mínimo, ser aplicada ao sujeito.
2. Outras estratégias não primárias podem ser aplicadas a qualquer ponto da HA. Qualquer estratégia de relativização deve aplicar-se a um segmento contínuo da HA.
3. Qualquer estratégia de relativização pode ter seu ponto de corte em qualquer posição da HA, com exceção da estratégia que expressa uma posição relativizada por pronome: uma vez que essa estratégia começa, ela continua em direção à última posição da HA que é relativizável na língua em questão.
4. Se as estratégias deixam uma lacuna na HA, então as posições na lacuna que não podem ser diretamente relativizadas podem ser “promovidas” a posições a partir das quais elas se tornam relativizáveis.

As restrições hierárquicas elencadas por Keenan e Comrie (1977) definem as condições aplicáveis a qualquer gramática de língua natural. Nos interessa, neste trabalho, discutir a primeira, a terceira e a quinta restrição impostas por Keenan e Comrie (1977), já que elas dizem respeito, especificamente, às estratégias primárias de relativização. Ainda em relação às restrições à acessibilidade das OR, as línguas que usam combinação de diferentes estratégias de relativização mostram uma curiosa tendência de distribuição, segundo Keenan e Comrie (1977): as estratégias de processamento mais complexo são aplicadas a termos mais altos da hierarquia, enquanto as estratégias de processamentos mais simples são aplicadas a pontos mais baixos. O que não é atestado nas línguas é a situação inversa.

Em relação ao conceito de OR, Keenan e Comrie (1977) consideram que um objeto sintático é uma oração relativa se ele especifica um conjunto de objetos em dois momentos. Especifica-se, num primeiro momento, um conjunto maior, chamado domínio da relativização, e, num segundo momento, restringe-se esse conjunto maior a um subconjunto do qual a sentença, que é a restritiva, é verdadeira. Expressa-se o domínio da relativização na estrutura superficial com o SN nuclear, e a sentença restritiva com a oração relativa, que pode estar mais ou menos expressa na estrutura superficial da oração, dependendo da língua. Considere-se, por exemplo, a sentença contida em (2):

2. porque tem um colega meu que nunca usô(u) droga (IBORUNA AC-031:L190)

Na oração relativa em (2), o domínio da relativização é o conjunto de meus colegas e o SN nuclear é *colega*. A sentença restritiva é *ele nunca usou droga*, e a oração relativa é *que nunca usou droga*. Em relação às estratégias de relativização, Keenan e Comrie (1977) afirmam que as estratégias de formação de relativas são diferenciadas com base na posição do SN em relação à oração relativa e com base na presença ou ausência de um morfema que expresse a posição relativizada. De acordo com o primeiro parâmetro, as ORs se subdividem em pré-nominal, pós-nominal e circum-nominal. A presença ou a ausência de morfema, no segundo parâmetro, permite a recuperação de caso. Os autores consideram, ainda, que as línguas apresentam quatro tipos de estratégias de relativização: lacuna, retenção de pronome, pronome relativo e não-redução (KEENAN,1985).

A estratégia da lacuna é caracterizada pela ausência de marcação do núcleo nominal na oração relativa. O núcleo nominal, nesse caso, não está presente, e não há nenhum vestígio dele na oração subordinada. Supõe-se, nessa estratégia, que o ouvinte recupere o item relativizado por meio de inferência. Geralmente, essa estratégia é mais comum em línguas com ordem de constituintes mais rígida, uma vez que, nelas, é mais fácil a recuperação cognitiva de itens ausentes. O japonês, por exemplo, língua de ordem rígida SOV, tem a lacuna como estratégia de formação de relativas, como pode ser observado em (3).

(3)	Japonês (GIVÓN, 1979, p. 148)			
	onna-ni	tegami-o	kaita	otoko-wa
	woman-DAT ²	letter-ACC	wrote	man-TOP
	‘The man who wrote a letter to the woman’			
	<i>O homem que escreveu uma carta para a mulher</i>			

A estratégia de retenção de pronome requer o uso de um pronome pessoal na oração relativa que seja correferencial ao núcleo nominal da oração principal. Em outras palavras, emprega-se, na OR, um pronome que recupera o item relativizado da oração principal. Essa estratégia é geralmente utilizada por línguas que dispõem de relativas pós-nominais. O início da OR, na estratégia da retenção de pronome, é assinalado por um subordinador invariável, que não marca caso. O item relativizado é expresso na relativa por meio de um pronome anafórico com marcação de caso morfossintático. O papel do subordinador, nesse caso, é ligar as orações envolvidas no processo de subordinação e identificar a relativa. O item responsável pela marcação da posição relativizada é o pronome anafórico. Em (4), exemplifica-se um caso de relativa formada pela estratégia de retenção pronominal:

(4)	Gilbertese (SONG, 2001, p. 218)					
	te	mane	are	oro-ia	te	aine
	the	man	that	hit-him	the	woman
	‘the man whom the woman hit’					
	<i>o homem em quem a mulher bateu</i>					

O português utiliza a estratégia da retenção de pronome como estratégia secundária. Na terminologia de Tarallo (1983), o português utiliza a estratégia *copiadora*, que é estigmatizada na sociedade brasileira. No caso da utilização dessa estratégia, como em (5), não se pode afirmar que

² Todas as abreviações das glosas deste trabalho seguem o padrão da Leipzig Glossing Rules, disponível em <https://www.eva.mpg.de/lingua/pdf/Glossing-Rules.pdf>.

o pronome *que* é de fato um pronome relativo. Alguns autores, entre eles Tarallo (1983), acreditam que, quando utilizada a estratégia copiadora, o pronome *que* é, na verdade, um subordinador, perdendo, assim, as características de pronome relativo, uma vez que a recuperação do item relativizado é marcada pelo pronome pessoal.

5. a criança **que ela não tem esse contato com o livro quando ela chega na escola...** ela se sente até um po(u)co perdida (IBORUNA AC-088:L540)³

A estratégia do pronome relativo envolve o uso de pronomes especiais, que em geral são formalmente relacionados a expressões demonstrativas e/ou pronomes interrogativos. Esses pronomes são usados para representar o papel do núcleo nominal na oração restritiva. Segundo Givón (1990), há uma forte tendência para que os pronomes relativos não apareçam na posição relativizada, mas, sim, na fronteira entre a oração principal e a relativa, embora haja, como sempre, exceções para essa generalização. Além disso, esses pronomes relativos podem receber marcação de caso e, por isso, desempenham não somente a função de subordinação, mas, também, essa função de marcação do caso do termo relativizado na oração dependente. Bastos (2002) exemplifica essa afirmação com o inglês, como pode ser visto em (6). Muitas das línguas europeias, como o português, o francês, o espanhol, o italiano, o alemão, além do inglês, se utilizam da estratégia do pronome relativo como estratégia principal de formação de relativas.

(6)	a.	Inglês (BASTOS, 2002, p. 43)				
		Sujeito				
		the	man	who	sttoped by	
		o	homem	quem	chegou	(para uma visita rápida)
		The man who sttoped by.				
		<i>O homem que chegou para uma visita rápida.</i>				

Por fim, a estratégia da não-redução é aquela segundo a qual há expressão completa do núcleo nominal na oração relativa. Tal estratégia é restrita às orações relativas correlativas e de núcleo interno. O sanumá é uma das línguas em que a estratégia da não-redução é utilizada. Observe o exemplo em (7):

(7)	Sanumá (BORGMAN, 1990, p. 133)								
	ipa	ulu	kökö	lo-le	ĩ	kökö	hu	mai	kite
	my	son	3:PL	sit-PRS	REL	3:PL	go	NEG	FUT
	My sons who are sitting here will not go.								
	<i>Meus filhos que estão sentados aqui não irão.</i>								

A oração relativa típica em sanumá é de núcleo interno e é seguida por uma anáfora na oração principal que é correferencial ao núcleo interno. Essa anáfora consiste no pronome relativo *ĩ*, que vem seguido por um pronome classificador (no caso, *kökö*) que concorda em pessoa e número com o núcleo interno. Tanto o classificador quanto o pronome relativo podem ser omitidos, mas eles geralmente aparecem juntos nas relativas dessa língua.

Podemos perceber que os critérios para a definição do objeto e das características constitutivas das orações relativas para Keenan (1985) e Keenan e Comrie (1977) estão fortemente ancorados em noções morfossintáticas. O estudo da variação translinguística, no entanto, não deve privi-

³ Esse exemplo foi retirado do *corpus* IBORUNA, elaborado pelo projeto ALIP (Amostra Lingüística do Interior Paulista). Outras informações sobre esse banco de dados estão disponíveis no site <http://www.iboruna.ibilce.unesp.br/>.

legiar tais critérios, uma vez que eles não parecem ser relevantes para todas as línguas – como outras categorias de ordem semântica, pragmática e cognitiva. De fato, a partir da proposta de Keenan e Comrie (1997), Dik (1997) propõe ampliar o escopo da aplicação da HA para além das funções sintáticas. Para dar conta da adequação pragmática da GF, Dik (1997) inicia sua proposta tratando dos tipos de restrições que influenciam a acessibilidade. Para ele, a acessibilidade é definida como a capacidade de uma posição ser o alvo de alguma operação gramatical⁴. A partir desse mote, Dik (1997) faz críticas a HA tanto de um ponto de vista empírico, quanto de um ponto de vista teórico.

Quanto à dimensão empírica da questão, os motivos que levam à reinterpretação da HA de Keenan e Comrie (1977) dizem respeito ao fato de haver línguas que não parecem dispor de nenhuma espécie de construção relativa. De fato, muitas línguas indígenas – como o caso das línguas Tupi, estudadas neste trabalho e analisadas mais pormenorizadamente a seguir – não contam com uma estratégia morfossintática específica de OR, mas de uma construção que cobre semanticamente esse domínio funcional: a nominalização. Keenan e Comrie (1977) não que a nominalização seja uma estratégia de formação de orações relativas propriamente dita, como fazem outros estudiosos, como Givón (1990). Desse modo, o pressuposto (i) da HA, citado anteriormente, de que todas as línguas têm uma estratégia de relativização primária que pode, no mínimo, ser aplicada ao sujeito, deve ser mais bem qualificado. Nesse caso, a validade da HA como um todo deve ser restrita apenas às línguas que realmente dispõem de construções relativas, se tomarmos como ponto de partida os critérios morfossintáticos previstos por Keenan e Comrie (1977), ou a própria conceitualização de OR deve ser revista, a partir de critérios de outra natureza.

Quanto à dimensão teórica, Dik (1997) defende que uma teoria tipológica, como a de Keenan e Comrie (1977), proposta com base nas funções de Sujeito, Objeto Direto, etc., tomadas como universais, pressupõe gramáticas em que essas noções têm um estatuto bem definido. Esse tipo de língua pressupõe uma teoria gramatical geral que inclua tais noções em seus primitivos e forneça critérios para determinar quando essas noções são aplicáveis a dados termos. Keenan e Comrie (1977), todavia, não fornecem uma teoria desse tipo. Assumem, em vez disso, o princípio de que as funções gramaticais da HA têm validade linguística universal e que podem ser mais ou menos inequivocamente identificadas em qualquer língua. Falta, portanto, os fundamentos teóricos para a generalização tipológica.

Ao fazer uma discussão detalhada de cada grau da HA de Keenan e Comrie, Dik (1997) aponta os problemas teórico-metodológicos de cada um e propõe novas hierarquias que levam em consideração as funções semânticas e pragmáticas. Por restrições de espaço, não discutiremos tais propostas. Neste trabalho, seguimos com a análise das OR nas línguas Tupi e Macro-Jê, visando (i) a descrição da estratégia de relativização de cada uma das línguas a amostra; (ii) a definição das restrições à acessibilidade das relativas, nos termos da HA de Keenan e Comrie (1977); (iii) a definição de critérios relevantes, especialmente de ordem semântica, para a relativização nessas línguas, para além das categorias morfossintáticas, e (iv) as generalizações tipológicas possíveis a partir da análise dessas línguas.

A amostra deste trabalho é composta por oito línguas indígenas brasileiras, pertencentes a dois troncos linguísticos distintos: o Tupi e o Macro-Jê. O levantamento dos dados foi realizado a partir de materiais descritivos dessas línguas previamente publicados. As línguas e as obras de referência estão ilustradas no Quadro 1 a seguir:

4 Operações gramaticais que podem sofrer restrições de acessibilidade são atribuição de sujeito e de objeto, relativização, interrogação com palavra-Q, relações anafóricas e alçamento.

Família ⁵	Língua	Obras de referência
Tronco Macro-Jê		
Família Boróro	Boróro	CROWELL, 1979
Família Jê	Apinayé	OLIVEIRA, 2005
Família Timbira	Canela-Krahô	POPJES; POPJES, 1986
Tronco Tupi		
Família Mundurukú	Mundurukú	GOMES, 2006; 2007
Família Tupi-guarani	Guajá	MAGALHÃES, 2007
	Kaiwá	CARDOSO, 2008
	Kamayurá	SEKI, 2000
	Urubú-Kaapor	KAKUMASU, 1986

Quadro 1: Línguas da Amostra

ACESSIBILIDADE DAS ORAÇÕES RELATIVAS EM LÍNGUAS DO TRONCO TUPI E MACRO-JÊ

A análise das línguas do Tronco Tupi mostra algumas regularidades típicas de línguas da mesma origem. Todas as línguas dessa amostra têm a nominalização como estratégia de relativização. A nominalização é realizada, em todas as línguas, por meio do acréscimo de um afixo nominalizador a uma raiz verbal. A maioria das línguas, salvo o kaiwá, dispõe de relativas sem núcleo. Além disso, a maioria das línguas dispõe de relativas pós-nominais, havendo apenas no kamayurá e no guajá a possibilidade de se construir relativas pré-nominais. Não há casos de relativas de núcleo interno.

A relativização em mundurukú é realizada por meio da presença do morfema *iat* próximo ao verbo da oração subordinada, como se vê em (8). Nessa língua, as relativas são pós-nominais.

(8)	Mundurukú (GOMES, 2007, p.1)					
	ayacat	o'ajêm	iat	bio	o'=t-akat	kise-m
	mulher	3Sa=chegar	NMLZ	anta	3Sa=R2-cortar	faca-INS
	<i>A mulher que chegou cortou a anta com a faca.</i>					

No guajá, as orações relativas são formadas por meio dos afixos nominalizadores *-(a)há(r)*, *-imi*, *-(i)pyr*, e *-ma'd'*. São exemplos de relativas formadas com esses afixos (9), (10), (11) e (12), respectivamente. As orações relativas em guajá, em geral, são do tipo pós-nominal. Há, no entanto, uma ocorrência de relativa pré-nominal nos exemplos neste trabalho estudados: o caso de (11).

(9)	Guajá (MAGALHÃES, 2007, p.218)				
	nijã	ari-rú	ni=Ø-ma'ê-a	aviãw	Ø-pepe-hár-a?
	você	2-trazer	2=R1-coisa-N	avião	R1-dentro-NMLZ-N
	<i>Você trouxe a coisa (a mochila) que você usa pra viajar de avião?</i>				

5 A classificação genética das línguas indígenas deste trabalho e a grafia de seus nomes seguem a indicação de Rodrigues (2002).

6 Na verdade, segundo Magalhães (2007), há um quinto afixo nominalizador: *-(a)há*. No entanto, não há nenhum exemplo de relativização com esse sufixo.

(10)	Guajá (MAGALHÃES, 2007, p.218)				
	a'é	kawá	Ø-rukú	tá,	ha=r-imi-ru-kér-a
	DEM	vasilha	3-ficar	PROJ	1=R1-NMLZ-RETR-N
	<i>Ele vai ficar com a vasilha que eu trouxe.</i>				
(11)	Guajá (MAGALHÃES, 2007, p.218)				
	Ø-jũ-pýr-a	tapi'ír-a,	Ø-manũ	ahá	
	R2-flechar-NMLZ-N	anta-N	3-morrer	CTF	
	<i>A anta que foi flechada morreu (indo).</i>				

(12)	Guajá (MAGALHÃES, 2007, p. 216)			
	jahá	karaí'ýr-a	i-'ĩ-y-ma'á-Ø	a-xá
	eu	criança-N	R2-dizer-NEG-NMLZ-N	1-ver
	<i>Eu vi a criança que não fala.</i>			

No kaiwá, a relativização envolve o uso do nominalizador *waʔekwe*, como pode ser observado no exemplo (13) a seguir:

(13)	Kaiwá (CARDOSO, 2008, p. 157)				
	naɲwarete	raʔi	a-i-pihĩ	waʔe-kwe	o-kaɲã
	onça	filho	1.SG.A-DIR-agarrar	NMLZ-PST	3.Sa-fugiu
	O filhote de onça, que eu agarrei, fugiu.				

No kamayurá, os nominalizadores utilizados para a construção das relativas dependem da função sintática desempenhadas, na relativa, pelo elemento relativizado. Desse modo, são sete os afixos nominalizadores: *-tat* “agentivo”; *-tap* “nome de ação/estado”; *-emi* “nome de paciente/objeto”; *-ipyɬ* “nome paciente”; *-ama'e* “nome atributivo”; *-uma'e* “nome atributivo negativo” e *wat* “nominalizador de circunstância”. Em (14), exemplifica-se a relativização com *emi-*, o único prefixo entre os nominalizadores, que marca a nominalização de objeto direto.

(14)	Kamayurá (SEKI, 2000, p. 180)				
	je=r-yke'ýr-a	w-et-sak	kye'ĩ-a	ne=r-emi-ekar-er-a	
	1SG=R-irmão- NUC	3-ver	faca- NUC	2SG=R-NMLZ-procurar-PST-NUC	
	<i>Meu irmão viu a faca que você estava procurando.</i>				

O urubú-kaapór, por sua vez, dispõe de apenas um nominalizador que forma relativas: *me'ẽ* *ke*, como pode ser observado em (15). É possível que o *ke*, de *me'ẽ ke* seja otimido, sem nenhuma diferença de significado. Há ainda um outro nominalizador na língua, *-har*, que nominaliza advérbios e posições, mas não forma orações relativas. Nessa língua, as relativas são pós-nominais.

(15)	Urubú-Kaapór (KAKUMASU, 1986, p. 375)					
	wasai	kaitã	we-rur	me'ẽ	ihẽ	a-kamyryk
	açai	Caetano	3-bring	NMLZ	I	1SG-knead
	I kneaded the açai fuit that Caetano brought.					
	<i>Eu amassei o açai que Caetano trouxe.</i>					

No tocante às funções sintáticas, as línguas do Tronco Tupi se comportam de maneira semelhante. Na relativização em mundurukú, segundo Gomes (2007, p. 1), o sujeito e o objeto direto

não recebem marcação de caso. Portanto, quando o item relativizado desempenhar uma dessas funções sintáticas na oração matriz, o morfema nominalizador *iat* mantém sua forma principal. No entanto, quando a função sintática desempenhada na oração matriz pelo item relativizado tiver marca de caso ou então for um sintagma posposicionado, esse sintagma ou a posposição são também marcados para caso na oração relativa por meio de fixação da posposição/marca correspondente ao morfema nominalizador, como pode ser visto em (16) e (17). As nominalizações resultantes se comportam tipicamente como um nome, visto que podem receber marcação de caso, ser objeto de posposições e participarem de retomadas fóricas, além de serem usados, nessas construções, processos de morfologia nominal. O exemplo (16) traz um caso de relativização de zero e (17), de agente, no tocante às funções semânticas⁷.

(16)	Mundurukú (GOMES, 2007, p. 2)				
	wida	ayacat	o'=y-aoka	ağoka	be
	onça	mulher	3Sa=R2-matar	aldeia	POSP
	Katō	i-ka-butet	iat	pe	
	Katō	R2-aldeia-chamar.se	NMLZ	POSP	
	<i>A onça matou a mulher na aldeia que se chama Katō.</i>				

(17)	Mundurukú (GOMES, 2007, p. 2)					
	wamōat	i-taybit	wida-m	ayacat	o'=y-aoka	ia-n
	pajé	R2-saber	onça-INS	mulher	3Sa=R2-matar	NMLZ-INS
	<i>O pajé sabe da onça que matou a mulher.</i>					

As funções sintáticas relativizadas em mundurukú são sujeito, como nos exemplos anteriores, e objeto direto, em (18), no qual o item relativizado funciona semanticamente como paciente.

(18)	Mundurukú (GOMES, 2007, p. 2)					
	puy	Ø-bu	ayacat	o'=su-bu-aoka	iat	i-bu-pakpak
	cobra	R1-CLF	mulher	3Sa=R2-CLF-matar	NMLZ	R2-CLF-ser.vermelho
	<i>A cobra que a mulher matou é vermelha.</i>					

No guajá, é possível a relativização de sujeito (19) e objeto direto (20). Nos dois casos, a função semântica relativizada é paciente.

(19)	Guajá (MAGALHÃES, 2007, p.218)				
	Ø-jũ-pýr-a	tapi'ír-a,	Ø-manũ	ahá	
	R2-flechar-NMLZ-N	anta-N	3-morrer	CTF	
	<i>A anta que foi flechada morreu (indo).</i>				

(20)	Guajá (MAGALHÃES, 2007, p.218)				
	a'é	kawá	Ø-rukú	tá,	ha=r-imi-ru-kér-a
	DEM	vasilha	3-ficar	PROJ	1=R1-NMLZ-RETR-N
	<i>Ele vai ficar com a vasilha que eu trouxe.</i>				

⁷ As funções semânticas, aqui, são definidas a partir da proposta de Dik (1997).

No kawaiá, a relativização de S corresponde à relativização apenas de Sa. De acordo com Dixon (1979; 1994 *apud* SEKI, 2000, p. 123) os símbolos Sa, So, A e O indicam os papéis sintático-semânticos associados ao sintagma nominal. Desse modo, So simboliza o Sujeito de verbo intransitivo com traços de [-volição] e [-controle], Sa é o Sujeito de verbo intransitivo com traços de [+volição] e [+controle], A é o sujeito de verbo transitivo e O é o objeto de uma oração transitiva.

Segundo Cardoso (2008), os dados de sua pesquisa de doutorado não foram suficientes para a verificação da existência de relativização de So. Em (21) encontra-se o exemplo fornecido pela autora da relativização de Sa, em que o prefixo *o-* indicador de terceira pessoa ativa se fixa ao verbo *ho* “ir” que é nominalizado por *waʔekwe*.

(21)	Kaiwá (CARDOSO, 2008, p.156)						
	o-ɲwãhẽ	pētẽɲĩ	kũnũ'mĩ	ko	o-ho	waʔe-kwe	moʔero-ɲwi
	3.Sa-chegar	um	menino	este	3.Sa-ir	NMLZ-PST	escola-LOC
	Chegou o menino que foi para a escola.						

Há também a relativização de A em kawaiá (22):

(22)	Kaiwá (CARDOSO, 2008, p. 157)			
	kũɲmaʔe	o-i-nũpã	o-Ø-ɲuka	moɲ-pe
	homem	3.A-DIR-bater	3.A-DIR-matar	cobra-ACC
	o-i-suʔu	waʔe-kwe	kũnũ'mĩ-pe	
	3.A-DIR-picar	NMLZ-PST	menino-ACC	
	O homem bateu e matou a cobra que mordeu o menino.			

Na relativização de O no exemplo (23), o verbo transitivo *pĩhi* “agarrar” vem sufixado com o nominalizador *waʔekwe*. A função semântica relativizada é paciente.

(23)	Kaiwá (CARDOSO, 2008, p. 157)				
	ɲaɲwarete	raʔi	a- i- pĩhi	waʔe-kwe	o-kaɲã
	onça	filho	1.SG.A-DIR-agarrar	NMLZ-PST	3.Sa-fugiu
	O filhote de onça que eu agarrei fugiu.				

Em (24) há um exemplo de relativização de oblíquo. Nessa relativização, a partícula nominalizadora vem precedida do pronome interrogativo *ki* e seguida pela posposição indicadora de caso semântico comitativo *niwe*.

(24)	Kaiwá (CARDOSO, 2008, p. 157)							
	ʃe	a- h- eʃa	pe	kũɲmaʔe	ki -waʔe	niwe	nere-ɲẽʔẽ	
	eu	1.SG-DIR-ver	este	homem	quem-NMLZ	COMIT	2.SG.Sa-falar	
	Eu vi o homem com quem você falou.							

O kamayurá, como visto anteriormente, dispõe de relativização diferente a depender da função sintática desempenhada pelo elemento relativizado. Essa língua, assim como a língua kawaiá, é do tipo Ativo-Estativa. A relativização de sujeito é dividida nas subcategorias So, Sa e A. Como se

percebe, há, em kamayurá, uma classificação sintático-semântica, que influencia a construção de OR.

Na relativização de S (seja So ou Sa), utilizam-se três sufixos nominalizadores: *-ama'e*, *-uma'e* e *-ipyt*⁸. O item relativizado nesse caso é representado na oração relativa por prefixos pronominais. Na relativização com *ama'e* e *uma'e*, a distinção entre Sa e So é marcada pelos prefixos *-o*, que codifica Sa em verbos ativos, como em (25) e *-i*, que codifica So junto a verbos descritivos e alguns verbos ativos, como em (26).

(25)	Kamayurá (SEKI, 2000, p. 179)		
	a-etsak	kunu'um-a	o-je'e η -uma'e-a
	1SG-ver	menino- NUC	3-falar-NMLZ-NUC
	<i>Eu vi o menino que não fala (porque é calado).</i>		

(26)	Kamayurá (SEKI, 2000, p. 179)		
	a-etsak	kunu'um-a	i-je'eη-uma'e-a
	1SG-ver	menino- NUC	3-falar- NMLZ-NUC
	<i>Eu vi o menino que não fala (porque é mudo).</i>		

O sufixo *-ipyt* funciona como desagativizador e acarreta a mudança de O para So quando anexado a verbos transitivos. A codificação do papel de So vem marcado pelo prefixo *-i*. Segundo Seki (2000, p. 179), uma evidência desse processo é o fato de o radical nominalizado com esse sufixo ser incapaz de co-ocorrer com um Nominal em função de A, o que seria possível se a posição relativizada correspondesse a O. Exemplifica-se, em (27), a relativização com *-ipyt*:

(27)	Kamayurá (SEKI, 2000, p. 179)				
	o-yk	akawama'e-a	i-mono-pyr-er-a	pos- to	katy
	3-chegar	homem-NUC	3-enviar-NLMZ-PST-NUC	pos- to	AL
	<i>Chegou o homem que foi enviado ao posto.</i>				

Na relativização de A, o verbo transitivo recebe o nominalizador *-tat*, como em (28).

(28)	Kamayurá (SEKI, 2000, p. 179)				
	akawama'e-a	o-juka	wrapy-a	kunu'um-a	pyhyk-ar-er-a
	homem- NUC	3-matar	gavião- NUC	menino-NUC	pegar-NMLZ-PST- NUC
	<i>O homem matou o gavião que pegou o menino.</i>				

As funções semânticas relativizadas por So no exemplo (25) é zero e em (27) é paciente, enquanto Sa e A relativizam agente.

A relativização de objeto direto, como dito anteriormente, é a única realizada por um prefixo, como se pode ver no exemplo (14) anteriormente citado, em que a função semântica relativizada é paciente.

O objeto indireto em kamayurá é expresso por uma locução posposicional, o que torna seu comportamento semelhante ao de outros oblíquos. O sufixo nominalizador nesse caso é *-tap*. Em (29) há um caso de relativização de OI:

⁸ Em kamayurá, esses afixos, assim como os outros nominalizadores, sofrem mudanças na forma de acordo com o contexto fonológico em que aparecem. Por exemplo: *-pyr* é alomorfe de *-ipyt*.

(29)	Kamayurá (SEKI, 2000, p. 180)				
	a-etsak	akawama'e-a	kunu'um-a	ywyrapar-a	me'eŋ-wa-er-a
	1SG-ver	homem- NUC	menino-NUC	arco-NUC	dar-NMLZ-PST-NUC
	<i>Eu vi o homem a quem o menino deu o arco.</i>				

A relativização de oblíquo é bem parecida: adiciona-se o sufixo *-tap*, que pode sofrer alomorfa, a uma raiz verbal. No entanto, a oração relativa de oblíquo perde a posposição típica dessa função. Os dois exemplos encontrados na gramática de Seki (2000) dizem respeito à relativização de locativo, como em (30), e instrumento, em (31)⁹. Além disso, Seki (2000, p. 181) afirma não existir em kamayurá relativização de tempo. Segundo Seki (2000, p. 185), a relativização de oblíquo ocorre frequentemente sob a forma de relativas sem núcleo (cf. exemplo (32)) e, nesse caso, as relativas vêm associadas a posposições.

(30)	Kamayurá (SEKI, 2000, p. 181)			
	hok-a	i-jo-taw-er-a	o-kaj	(*i-jo-taw-er-a wi)
	casa-NUC	3-vir-NMLZ-PST-NUC	3-queimar	
	<i>A casa de onde ele saiu queimou.</i>			

(31)	Kamayurá (SEKI, 2000, p. 181)				
	ywyr-a	moĩ-a	juka-ta-er-a	t-uwijap	(*...juka-taw-er-a pupe)
	pau	cobra	matar-NMLZ-PST-NUC	3-grande	
	<i>O pau com que ele matou a cobra é grande.</i>				

(32)	Kamayurá (SEKI, 2000, p. 185)			
	a'e-a	n=o-kwahaw-ite	je=o-taw-er-a	wi
	esse-NUC	NEG=3-saber-NEG	1SG-ir-NMLZ-PST-NUC	ABL
	<i>Ele não sabe [o lugar] de onde eu vim.</i>			

Nas relativas de genitivo, o núcleo da locução genitiva (o possuído) ocorre como constituinte da construção subordinada, enquanto o possuidor constitui o núcleo da relativa, que vem representado por um prefixo relacional. O verbo da relativa recebe o nominalizador adequado à função do SN núcleo da subordinada, como pode ser observado em (33):

(33)	Kamayurá (SEKI, 2000, p. 181)			
	jarawar-a	t-a'yr-a	je=r-emi-pyhyk-er-a	o-jewaem
	onça-NUC	3-filho-NUC	1SG=R-NMLZ-pegar-PST-NUC	3-fugir
	<i>A onça cujo filhote eu peguei fugiu.</i>			

Outra estratégia de relativização de genitivo em kamayurá é a incorporação do item possuído ao verbo, que recebe o nominalizador e os marcadores de pessoa apropriados à função do item possuído na relativa (SEKI, 2000, p. 182):

(34)	Kamayurá (SEKI, 2000, p. 182)		
	jawewyr-a	je=r-emi-atsĩ-ok-er-a	o-manõ
	arraia-NUC	1SG=R-NMLZ -esporão-arrancar- PST-NUC	3-morrer
	<i>A arraia cujo esporão eu arranquei morreu.</i>		

⁹ *wi* e *upe* são posposição próprias de ablativo e instrumento, respectivamente.

Seki (2000, p. 182) afirma que a relativização na posição de objeto de comparação é formada diferentemente das outras relativas. Além do verbo nominalizado, a relativa conta com a posposição *wite* “comparativo”, que também é, por sua vez, nominalizada com *wat*, como pode ser observado em (35):

(35)	Kamayurá (SEKI, 2000, p. 185)			
	tyruher-a	e-mepy	je=upe	ne=r-emi-mepy-her-a
	vestido-NUC	2SG-comprar	1SG=DAT	2SG=R-NMLZ-comprar-NUC

wite=war-a	i-upe
COMPV=NMLZ-NUC	3-DAT
“Compre um vestido para mim igual ao que você comprou para ela.”	

A relativização em urubú-kaapór, por fim, ocorre nas funções de sujeito, objeto e oblíquo nessa língua. Em (36), (37) e (38) encontram-se exemplos de relativização dessas três funções sintáticas. As funções semânticas relativizadas são zero, paciente e locativo, respectivamente.

(36)	Urubú-Kaapór (KAKUMASU, 1986, p. 375)					
	amō	ahy	me'ē	ta	ke	tur
	another	pain	NMLZ	PL	FOC	3 come
	Others who were sick came.					
	<i>Os outros que estavam doentes vieram.</i>					

(37)	Urubú-Kaapór (KAKUMASU, 1986, p. 375)					
	wasai	kaitā	we-rur	me'ē	ihē	a-kamyryk
	açaí	Caetano	3-bring	NMLZ	I	1SG-knead
	I kneaded the açaí fruit that Caetano brought.					
	<i>Eu amassei o açaí que Caetano trouxe.</i>					

(38)	Urubú-Kaapór (KAKUMASU, 1986, p. 375)				
	a'engi	ko	a-mbor	a-rur	akaju'y
	from there	here	1SG-throw	1SG-bring	cashew

	kaitā	mondok	me'ē ke	pe
	Caetano	3+cut	NMLZ	to
	From there I threw (it) down here, to where Caetano cut down the cashew tree.			
	<i>Eu arremessei isto de lá, de onde Caetano derrubou o cajueiro.</i>			

Ao se compararem as funções sintáticas relativizadas nas línguas desse tronco, é importante notar que a relativização de objeto indireto é problemática. Observe o quadro 2 a seguir.

FUNÇÕES SINTÁTICAS RELATIVIZADAS						
	S	OD	OI	Obl	Gen	OComp
Kamayurá	+	+	+	+	+	+
Mundurukú	+	+	-	-	-	-
Kaiwá	+	+	-	+	-	-
U r u b ú - -Kaapór	+	+	-	+	-	-
Guajá	+	+	-	-	-	-

Quadro 2: Funções sintáticas relativizadas - Tronco Tupi

Das cinco línguas desse agrupamento genético, uma relativiza todas as funções sintáticas da HA, duas línguas têm seu ponto de corte na função de oblíquo e duas no objeto direto. Das três línguas que relativizam graus mais baixos da hierarquia, apenas uma, a kamayurá, dispõem de relativização de objeto indireto.

O estatuto da função de objeto indireto em Urubú-Kaapór por si só é duvidoso. Não há informações na gramática que permitam estabelecer se essa função é relevante para a língua.

No kaiwá, no entanto, o objeto indireto é uma função relevante. Cardoso (2008) entende o objeto indireto como um argumento oblíquo marcado pela posposição *supe*, que marca acusativo e dativo em predicados trivalentes. Sendo assim, há objeto indireto na língua, enquanto categoria, mas seu estatuto não é independente: ele vem marcado com o mesmo morfema de objeto direto em um tipo específico de predicado. Desse modo, em kaiwá, o objeto indireto é codificado de forma semelhante ao objeto direto. Por um lado, talvez esse motivo justifique a impossibilidade de se relativizar diretamente essa função. Por outro lado, não houve nenhum caso nos exemplos em que um argumento com função de recipiente fosse relativizado, justificando a hipótese de que se a função sintática não estiver acessível, a função semântica poderá ser relativizada.

É importante notar, também, que a função de sujeito sofre influência semântica na acessibilidade às relativas em duas línguas desse tronco: o kamayurá e o kaiwá. Ambas as línguas são do tipo Ativo-Estativa e relativizam Sa, So e A diferentemente.

Vemos com essa discussão sobre as funções sintáticas de sujeito e objeto direto que elas, por si só, não são suficientes para ilustrar a complexidade da relativização das línguas Tupi. Além disso, nem poderíamos considerar válidas esses tipos de construções nominalizadas como relativas de fato, se adotássemos puramente a HA de Keenan e Comrie (1977) e seus pressupostos básicos. Desse modo, para que a descrição dessas línguas seja efetiva, são necessárias, no mínimo, (i) uma definição mais abrangente dos processos de construção de relativas, e (ii) a utilização de categorias semânticas para a definição dos critérios de restrição à acessibilidade dessas construções.

As línguas que neste trabalho representam o tronco Macro-Jê, por outro lado, dispõem de menos características que as liguem geneticamente, em termos de estratégia de relativização, do que as línguas do tronco Tupi. Enquanto no tronco Tupi todas as línguas utilizam a estratégia da nominalização para construir relativas, no Macro-Jê cada língua representada dispõe de estratégias diferentes: o boróro constrói relativas por meio da estratégia da lacuna; o apinayé, por sua vez, se utiliza de duas estratégias de relativização diferentes, não-redução e nominalização, a depender da função relativizada; já a língua canela-krahô se utiliza da estratégia do pronome relativo. O quadro 3 a seguir ilustra as estratégias de relativização encontradas nas línguas Macro-Jê.

TRONCO MACRO-JÊ				
Estratégias/ Línguas	Lacuna	Pronome relativo	Não-redução	Nominalização
Boróro	X			
Canela-Crahô		X		
Apinayé			X (S, O)	X (A, OI)

Quadro 3 - Estratégias de relativização no Tronco Macro-Jê

Na língua boróro (CROWELL, 1979), as orações relativas sempre precedem o SN que modificam. Todas as relativas contêm *-ni*, um enclítico que serve como um tipo de pronome substituído do elemento da oração que é modificado pela relativa. Como ilustra (39), esse enclítico é invariável (ou seja, não possui marcas de número, gênero ou caso) e se liga à palavra imediatamente anterior à oração principal e ao elemento relativizado.

(39)	Boróro (CROWELL, 1979, p. 109)					
	u- tu- re	a- wai	kae	jawiji-wi	aredi	motu- re
	3SG-go- NEUT	2SG- house	to	yesterday- REL	woman	pretty- NEUT
	The woman who went to your house yesterday is pretty. <i>A mulher que foi a tua casa ontem é bonita.</i>					

Crowell (1979) afirma que o enclítico *ni* tem comportamento parecido com as palavras WH do inglês, mas que se difere delas por dois motivos. O primeiro diz respeito à posição. Segundo o autor, *ni* sempre toma a posição final da oração, enquanto as palavras WH do inglês ocupam a posição inicial. A posição do SN substituído por *ni* fica vazia, o que revela a estratégia de relativização utilizada nessa língua: a lacuna. Em segundo lugar, não há distinção na forma do elemento *ni* em relação ao tipo de constituinte que ele substitui, ou seja, não há marcação de caso. A função é determinada pelo contexto.

O apinayé é uma língua Ergativo-Absolutiva, em que a relativização envolve um verbo não-finito e, no caso de um verbo transitivo, o caso ergativo é marcado no primeiro constituinte nominal da subordinada. Adicionalmente, o marcador definido *ja* pode ocorrer na fronteira da oração, sendo opcionalmente precedido do agente nominalizador *čwəŋ*, que ocorre quase sempre com verbos de ação ou atividade.

As relativas podem ser tanto de núcleo externo (pós-nominal) quanto de núcleo interno. A escolha de uma ou de outra depende da posição relativizada.

Das posições que podem ser relativizadas, S e O¹⁰ são absolutivas, e são obrigatoriamente relativas de núcleo interno, como em (40). As relativas de núcleo interno são construídas a partir da estratégia de não-redução. Entretanto, pode haver relativa de núcleo externo se um pronome lembrete de terceira pessoa é empregado¹¹, como em (41).

10 É importante observar que as línguas Ergativas codificam diferentemente o Sujeito, de acordo com a transitividade do verbo. Assim, S indica Sujeito de verbo intransitivo, enquanto A indica sujeito de verbo transitivo.

11 Em (3.34), a forma *kaɪ*, marcada com Ergativo, serve de pronome lembrete.

(40)	Apinayé (OLIVEIRA, 2005, p. 282)					
	ic-te	a-mě	bi	jarēŋ	ja	
	1-ERG	2-DAT	man	R-tell.NF	DEF.ART	
na	tɛ	∅	krĩ	õ	kamě	pa
RLS	HAB	3	village	one	INSV	live
‘This man I’m telling you about lives in the other vil-lage.						

(41)	Apinayé (OLIVEIRA, 2005, p. 283)						
	di	kɔt	ɪŋ-mě	a-ja-rēŋ	čwəŋ	ja	na
	woman						
	3.ERG						
	1-DAT						
	2-R-tell.NF						
	NMLZ.A						
	DEF.ART						
	RLS						
	∅	prɛ	ra	ma	mõ		
	3	PST	ASP	MOV	go		
	‘This woman who told me about you has already left.						
	<i>Esta mulher que me falou sobre você já foi.</i>						

A relativização de A é sempre de núcleo externo com prefixo pessoal ou forma supletiva de marcador ergativo servindo como pronome lembrete, como em (42).

(42)	Apinayé (OLIVEIRA, 2005, p. 284)						
	di	kɔt	ɪŋ-mě	me=kədəčə	ŋ-õr	čwəŋ	ja
	woman	3.ERG	1-DAT	INDF=counterpart	R-give	NMLZ.A	DEF.ART

	na	∅	prɛ	ra	jě	ma	tě
	RLS	3	PST	ASP	yesterday	MOV	go
	‘The woman who gave me the medication left yesterday.’						
	<i>A mulher que me deu o medicamento foi embora ontem.</i>						

Já a relativa de Objeto Indireto ocorre com núcleo externo e sem a necessidade de pronome lembrete, como em (43). A estratégia de relativização para A e OI é a de nominalização.

(43)	Apinayé (OLIVEIRA, 2005, p. 284)						
	ic-te	di	mē	me=kədəčə	ŋ-ōr	čwəŋ	ja
	1- ERG	woman	DAT	INDF=counterpart	R-give	NMLZ.A	DEF.ART
	na	∅	kət=mē	akupiŋ	tēm	ket-nē	
	RLS	3	yet/still=DAT	return.1	go.NF	NEG	
	‘The woman who I gave the medication to has not come back here yet.’						
	<i>A mulher para quem eu dei a medicação não voltou para cá ainda.</i>						

A oração relativa em canela-krahô é marcada pelo uso de pronomes demonstrativos obrigatórios que funcionam, nessa língua, como pronomes relativos. Os pronomes demonstrativos são: *ita* ‘este, esta, isto’, *itajê* ‘estes, estas’, *ata* ‘esse, essa, isso’ e *atajê* ‘esses, essas’. O núcleo nominal pode aparecer dentro da oração relativa ou então precedê-la. O pronome relativo aparece sempre depois da oração relativa, contrariando Givón (1990), segundo o qual pronome relativo aparece na posição inicial da oração relativa. Em (44), exemplifica-se o uso de *ita* nas relativas dessa língua:

(44)	Canela-Krahô (POPJES; POPJES, 1986, p. 171)						
	i-te	hümre	te	rop	curan	ita	pupun
	1-PST	man	PST	dog	kill	DEM	see
	I saw the man who killed the dog.						
	<i>Eu vi o homem que matou o cachorro.</i>						

No tocante às funções sintáticas relativizadas, as línguas do Tronco Macro-Jê relativizam graus mais baixos da HA de Keenane e Comrie (1977), na contramão do que comumente se encontra nas línguas indígenas, conforme afirmam Oliveira e Camacho (2013).

Segundo Popjes e Popjes (1986, p. 171), no canela-krahô não há restrições sintáticas para o núcleo nominal na oração relativa. No entanto, os autores fornecem exemplos apenas de sujeito (44), objeto direto (45), objeto indireto (46) e genitivo (47). As funções semânticas relativizadas são agente, paciente, recipiente e referência, respectivamente.

(45)	Canela-Krahô (POPJES; POPJES, 1986, p. 171)							
	wa	i-te	rop	pu-pun	capi	te	ih-curan	ata
	1	1-PST	dog	see	Capi	PST	3-kill	DEM
	I saw the dog Capi killed.							
	<i>Eu vi o cachorro que Capi matou.</i>							

(46)	Canela-Krahô (POPJES; POPJES, 1986, p. 171)						
	i-te	hümre	mã	rop	curan	ata	pupun
	1-PST	man	BENF	dog	kill	DEM	see
	I saw the man for whom I killed the dog.						
	<i>Eu vi o homem para quem eu matei o cachorro.</i>						

(47)	Canela-Krahô (POPJES; POPJES, 1986, p. 171)						
	i-te	hümre	pê	rop	curan	ata	pupun
	1-PST	man	MAL	dog	kill	DEM	see
	I saw the man whose dog I killed. <i>Eu vi o homem cujo cachorro eu matei.</i>						

O boróro é capaz de relativizar sujeito (48), objeto direto (49), objeto indireto (50) e oblíquo (51). As funções semânticas relativizadas nessa língua são agente, paciente, recipiente e tempo.

(48)	Boróro (CROWELL, 1979, p. 110)					
	jo-riđi- re	tapira-ji-wi	ime	etu-re	toro	
	3SG-see-NEUT	cow-REFR-REL	men	3PL-go-NEUT	there	
	‘The men who saw the cow went there.’					
	‘Os homens que viram a vaca foram lá.’					

(49)	Boróro (CROWELL, 1979, p. 110)					
	a-re	maki	in-ai-wi	dinehei-ro	jetí-re	wee
	2SG-NEUT	give	1SG-BENF-REL	money	be-NEUT	here
	‘The money that you gave me is here.’					
	‘O dinheiro que você me deu está aqui.’					

(50)	Boróro (CROWELL, 1979, p. 110)			
	e- re	bola	barigu	ae- wi
	3PL-NEUT	ball	throw	to-REL

	imedĩ	rogu	kuri- re	
	man	DIM	big- NEUT	
	‘The boy they threw the ball to is big.’ <i>O garoto para quem eles arremessaram a bola é grande.</i>			

(51)	Boróro (CROWELL, 1979, p. 111)				
	E- tu- re	aregodi-re	wëe- wi	sabado	keje
	3PL-leave-NEUT				on
	arrive-NEUT				
	here-REL				
	Saturday				
	‘They left on the Saturday when he arrived here.’ <i>Eles partiram no sábado em que ele chegou aqui.</i>				

O apinayé, por sua vez, relativiza sujeito (S e A diferentemente), objeto direto e objeto indireto, como foi mostrado anteriormente na discussão sobre as estratégias de relativização. É interessante notar que todas as línguas desse tronco são capazes de relativizar o objeto indireto, contrariando a tendência das demais línguas indígenas analisadas neste trabalho. O quadro 6 a seguir resume as funções sintáticas relativizadas pelas línguas do tronco Macro-Jê.

TRONCO MACRO-JÊ						
	S	OD	OI	Obl	Gen	OComp
Canela-krahô	+	+	+	+	+	+
Boróro	+	+	+	+	-	-
Apinayé	+ ¹³	+	+	-	-	-

Quadro 4 - Estratégias de relativização no Tronco Macro-Jê

PALAVRAS FINAIS: GENERALIZAÇÕES TIPOLÓGICAS QUANTO AO ESTATUTO DA ACESSIBILIDADE ÀS OR

A análise das línguas indígenas aqui realizada faz com que haja a necessidade de se refletir, inicialmente, sobre qual o papel das línguas minoritárias/minorizadas, como as línguas indígenas brasileiras, para o desenvolvimento de teorias linguísticas, especialmente àquelas que se voltam para a formulação de estudos de validade tipológica. Assim, mesmo de se fazer generalizações tipológicas quanto ao objeto aqui em estudo, devemos nos perguntar qual é o ponto de vista que define o objeto que estudamos? O que é, de fato, uma oração relativa? Quais são os critérios mais relevantes para a definição desse fenômeno? A resposta, que deve permear a análise das línguas da amostra deste trabalho e de outras línguas, deve estar ancorada em uma teoria tipologicamente adequada, que leve em consideração as peculiaridades e as singularidades das línguas do mundo, para dar conta de todos os dados que uma pesquisa dessa natureza fornece. A definição de oração relativa, para uma abordagem que considere a diversidade linguística, portanto, não pode ser baseada em critérios formais, muito menos critérios formais desenvolvidos a partir de línguas conhecidas e amplamente estudadas, como o inglês e o português.

Song (2001), citando Croft (1995), afirma que há duas razões cruciais para não basear um estudo tipológico em critérios formais. A primeira diz respeito, obviamente, à grande variação estrutural existente nas línguas do mundo. A segunda, relacionada à primeira, diz respeito ao fato de as configurações morfossintáticas serem únicas para cada língua; desse modo, não é possível chegar a uma identificação que seja válida translinguisticamente para uma teoria que identifica, por princípio, uma relação de independência entre as línguas particulares e, paradoxalmente, busca fatores universais nos fenômenos linguísticos. Além disso, as pesquisas que se baseiam em critérios formais tendem a tomar como modelo de análise línguas como o inglês ou o latim, em que as categorias morfossintáticas tradicionais são facilmente reconhecíveis. Em um estudo tipológico-funcional, entretanto, não é metodologicamente viável tomar como parâmetro ou modelo de descrição línguas como essas, muito conhecidas e privilegiadas historicamente, para todas as demais línguas que são faladas no mundo.

Ao definirem as orações relativas, ao estabelecerem critérios para a definição das estratégias de relativização e, principalmente, ao proporem a Hierarquia de Acessibilidade, Keenan e Comrie (1977) primam por definições que sejam válidas translinguisticamente. No entanto, ao tentarem

12 Não há exemplos para as funções sintáticas marcadas com *, apenas afirmações de que as funções podem ser relativizadas na língua.

13 O apinayé relativiza S e A diferentemente.

estabelecer uma explicação para os fenômenos analisados, eles não se desapegam da costumaz visão eurocêntrica de descrição e análise de línguas e elegem categorias mais ou menos reconhecíveis em que baseiam toda a análise. Não é de se estranhar que línguas como as indígenas brasileiras, de filiações genéticas e traços tipológicos muitas vezes tão distantes das línguas indoeuropeias, não se encaixem no modelo de descrição estabelecido por Keenan e Comrie (1977).

Em relação ao objetivo específico deste trabalho, de análise da oração relativa em relação à aplicabilidade da HA proposta por Keenan e Comrie (1977), entendemos que o questionamento de sua validade parte da primeira restrição que ela impõe. Keenan e Comrie (1977) e Keenan (1985) definem a oração relativa a partir de critérios morfossintáticos e admitem como estratégias relativizadoras a de lacuna, a de retenção de pronome, a de pronome relativo e a de não-redução. Para Keenan (1985), uma oração relativa deve dispor de um morfema, seja ele pronome ou complementizador, que a caracterize como tal.

Aplicando critérios puramente morfossintáticos, todavia, os autores não puderam considerar a nominalização como estratégia, ao menos alternativa, como é comum a outros tipologistas, como Givón (1990). E é justamente a nominalização a estratégia amplamente empregada nas línguas da amostra, às quais os critérios de Keenan e Comrie (1977) não se aplicam. A construção de relativas se serve da marcação de um afixo nominalizador a uma raiz verbal, cujo resultado aponta para um nome, que funciona como modificador e que é formado a partir de um verbo não-finito. Não há, portanto, relativização do ponto de vista formal. A nominalização, assim, não é considerada uma estratégia legítima de relativização, o que é no mínimo discutível. Desse modo, o pressuposto da HA de que todas as línguas dispõem de uma estratégia de relativização primária, dentre as estabelecidas, que pode, no mínimo, ser aplicada ao sujeito não é válido, considerando que a maioria das línguas, segundo a perspectiva então adotada, não dispõe de orações relativas, se definidas no arcabouço formal. No entanto, de um ponto de vista funcional, a nominalização pode ser considerada uma estratégia legítima de relativização. É o que faz Givón (1990) e Comrie (1989), já que as línguas dispõem de mecanismos para o cumprimento da função da modificação oracional do sintagma nominal, à moda de uma construção relativa.

Por fim, finalizando a discussão sobre a aplicabilidade da HA de Keenan e Comrie (1977) e as restrições à acessibilidade das relativas, podemos afirmar que os dados debatidos neste trabalho constituem evidência segura de que critérios puramente sintáticos não são suficientes para explicar a relativização nas línguas indígenas brasileiras e talvez em línguas de outras partes do mundo. Há falhas de composição na hierarquia de acessibilidade, que merece revisão, com a inclusão de, no mínimo, uma interface semântica. Tais dados apontam para o fato de que, apesar de a categoria de sujeito ser frequentemente acessível à relativização (se considerarmos relativização de um ponto de vista mais amplo), a hierarquia sintática não é capaz de generalizar todas as restrições que envolvem a relativização em kamayurá, em que há diferenças na relativização de Sa, So e A, e principalmente em kaiwá, uma vez que apenas Sa e A são comprovadamente relativizáveis na língua.

REFERÊNCIAS

- BASTOS, W. **Relativização no português do Brasil**: uma abordagem funcional. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, São José do Rio Preto, 2002.
- BORGMAN, D. M. Sanuma. In: DERBYSHIRE, D.C.; PULLUM, G.K. (Eds.) **Handbook of Amazonian Languages**. Vol. 2. Berlin: Mouton de Gruyter, 1990, p. 17-248.
- CARDOSO, V. F. **Aspectos morfossintáticos da língua kaiowá (guarani)**. Tese (Doutorado em Linguística), Universidade Estadual de Campinas, 2008.

- COMRIE, B. **Language universals and linguistic typology**. Oxford: Blackwell, 1989.
- CROFT, W. **Explaining language change: an evolutionary approach**. Harlow, Essex: Longman, 2000.
- CROWELL, T. H. **A Grammar of Bororo**. Ph.D thesis, Cornell University, 1979.
- DIK, S. C. **The theory of functional grammar**. Part II: Complex and derived constructions. 2 ed., by K. Hengeveld. Berlin/Nova Iorque: Mouton de Gruyter, 1997.
- GIVÓN, T. **On understanding grammar**. New York: Academic Press, 1979.
- _____. **Syntax: a functional-typological introduction**. Amsterdam/Philadelphia: J. Benjamins. 1990.
- GOMES, D. M. **Estudo morfológico e sintático da língua munduruku (Tupi)**. Tese (UnB). Brasília: 2006.
- _____. **Oração relativa em mundurukú?** In: *bandout* da comunicação apresentada no II Encontro Internacional de Línguas e Culturas dos Povos Tupi. Brasília: 2007.
- KAKUMASU, J. Urubu-Kaapor. In: DERBYSHIRE, D.C., PULLUM, G. (Eds). **Handbook of Amazonian Languages**. Vol. 1. Berlin: Mouton de Gruyter, 1986. p.326-403.
- KEENAN, E. L. Relative clauses. In: SHOPEN, T. (Ed.) **Language typology and syntactic description**. Cambridge: University Press. 1985, v.2.
- _____.; COMRIE, B. Noun phrase accessibility and universal grammar. **Linguistic Inquiry** 8. 1977, p. 63-99.
- OLIVEIRA, C. C. **The language of the Apinajé people of central Brazil**. PhD Thesis, University of Oregon, 2005.
- OLIVEIRA, G.; CAMACHO, R. G. **Estratégias de relativização e construções alternativas nas línguas indígenas do Brasil**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.
- MAGALHÃES, M. M. S. **Sobre a morfologia e a sintaxe da língua guajá (família tupi-guarani)**. Tese (Doutorado em Linguística, português e línguas clássicas), Universidade de Brasília, 2007.
- POPJES, J., POPJES, J. Canela-Krahô. In: DERBYSHIRE, D.C., PULLUM, G. (Eds). **Handbook of Amazonian Languages**. Vol. 1. Berlin: Mouton de Gruyter, 1986. p.128-199.
- RODRIGUES, A. D. **Línguas brasileira: para entender as línguas indígenas brasileiras**. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- SEKI, L. **Gramática do kamaiurá: língua tupi-guarani do Alto Xingu**. Campinas: Imprensa Oficial, 2000.
- SONG, J. S. **Linguistic typology: morphology and syntax**. London: Lonmans, 2001.

DATA SUBMISSÃO 15-06-2019
DATA APROVAÇÃO 15-07-2019